

## Notas sobre a Administração Pública em Foz do Iguaçu (1888-1937)

*Micael Alvino da Silva*<sup>1</sup>

**RESUMO:** Durante o Brasil Império, a preocupação com a delimitação e manutenção do território, levou à criação de colônias estratégicas militares. Uma dessas foi criada no oeste do Paraná, na divisa com a Argentina e o Paraguai. Nesta região, predominava a exploração de recursos naturais (ervamate e madeira) e humanos (trabalho semi-escravo nas obras) por companhias estrangeiras, sobretudo argentinas. Entre os objetivos da Colônia Militar de Foz do Iguaçu não figurava combater esta dupla exploração, apenas administrar a distribuição de terras para que o “sertão” fosse “povoado”. Por razões diversas, seus objetivos não foram atingidos, e em 1912 a jurisdição do território passaria ao Estado do Paraná. A emancipação do município (1914) atraiu “desbravadores” de fora da região, ligadas ao governo estadual que permaneceram à frente de cargos executivos por quase vinte anos, até 1937. A não identificação dos administradores com os administrados, pode ser considerada como um dos possíveis motivos pelos quais em apenas dez anos após a decretação do Estado Novo, os nomes dos primeiros administradores civis não figuram mais nos registros dos poderes executivo e legislativo municipal. O objetivo deste texto é apontar alguns elementos para uma análise da história política de Foz do Iguaçu entre 1888 e 1937.

---

<sup>1</sup> Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá.



## INTRODUÇÃO

Escrever um livro sobre a história da cidade paranaense de Foz do Iguaçu, sob olhar de profissionais das ciências humanas é uma tarefa (sem prazo) por se fazer. Quanto mais nos distanciamos do presente, maiores são os percalços que encontramos para fazer uma análise histórica da região que hoje compreende a Tríplice Fronteira. A proposta deste ensaio é propor alguns apontamentos para a compreensão da história política do oeste do Paraná entre os anos de 1888 e 1937.

Com relação ao recorte espacial, faz-se necessário uma ressalva: até 1914 chamaremos o espaço apenas de oeste do Paraná, enquanto que após este ano é possível falar em história de Foz do Iguaçu, por ocasião da emancipação política.

A escolha temporal também não é aleatória. Tanto o ano de 1888 quanto o ano de 1937 podem ser considerados marcos para a administração pública. Em 1888, o governo imperial criou a Comissão Estratégica Militar, formada por técnicos do Ministério da Guerra (portanto militares) que tinham, entre outros objetivos, a missão de fundar uma Colônia Militar na foz do rio Iguaçu. Estes militares não estavam ligados aos grupos políticos tradicionais da Província do Paraná, e as ações foram desencadeadas como estratégia imperial para proteção de fronteiras.

Entendemos que não é possível avançar a análise a partir de 1937 nos limites deste ensaio. Naquele ano, Getúlio Vargas decretou o Estado Novo e a administração pública sofreu mudanças significativas que marcariam profundamente toda a história política do Brasil.

Ao todo, nosso recorte abarca 49 anos que, ao contrário do que pode parecer, mudaram significativamente as relações sociais e políticas no oeste do Paraná. Basta considerarmos dois elementos: a

diminuição do fluxo de pessoas que trabalhavam para extrativistas e contrabandistas, sobretudo argentinos; e a chegada de imigrantes alemães e italianos, como integrantes do cenário local trabalhando nas terras que lhes eram concedidas pela administração militar.

Considerando as limitações as quais um ensaio nos permite, gostaríamos apenas de indicar que o estudo do político é também uma escolha dentre outras possibilidades de análise histórica. Para ficar em um exemplo, no campo da história econômica foi significativa a presença argentina no comércio local. A dificuldade de mobilidade e acesso ao território brasileiro permitia comércio em moeda argentina. Ao mesmo tempo em que os militares se instalavam, a exploração criminosa de recursos naturais e humanos continuavam a aumentar a cifra de lucros de alguns comerciantes. São algumas questões, dentre outras, que não analisaremos.

Para atingir nosso objetivo com esta discussão, dividimos o texto em duas partes: política militar, na qual analisaremos alguns aspectos da administração pública a partir da criação da Comissão Estratégica até a emancipação da Colônia Militar em 1912. A segunda parte inicia com a emancipação do município e se encerrará com o advento do Estado Novo. Ao final, além de considerações apontaremos referencial bibliográfico para pesquisas sobre o período.

## **NOTAS SOBRE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM FOZ DO IGUAÇU (1888-1937)**

No século XIX, para administrar o vasto território brasileiro, o governo do Império adotou como estratégia a criação de colônias militares. Dentre uma série de criações destas colônias, destacamos três na Província do Paraná: Chapecó, Chopim e Iguazu. Nos limitaremos a analisar a seguir a última destas três.

A Colônia Militar da parte brasileira da Tríplice Fronteira foi integrante da Comissão Militar Estratégica do Paraná, com objetivos mais amplos. Em 10 de março de 1888, Tomás José Coelho de Almeida, político civil que assumiu o Ministério da Guerra, em um dos seus primeiros atos, criou a dita Comissão, com a seguinte missão: (1) continuar a estrada de rodagem que parte da cidade do Porto da União para a de Palmas; (2) ligar aquela cidade à de Guarapuava; (3) abrir uma estrada que partindo desta atingisse o rio do Cobre, seguir por este abaixo até a sua confluência com o Rio Piquiri, por este abaixo até sua foz no Rio Paraná; (4) atravessar este rio com o fim de ligar o Estado do Paraná ao de Mato Grosso; (5) construir estradas estratégicas naquele Estado; (6) descobrir a foz do rio Iguaçu; (7) fundar uma Colônia Militar na mesma foz. (BRITO, 2005, p. 18)

O autor citado foi sargento da expedição que “descobriu a foz do rio Iguaçu”, e escreveu suas memórias em 1938, através das quais narra a chegada da Comissão à Guarapuava, e posteriormente à Foz do Iguaçu. Segundo ele, o comandante da Comissão, Capitão Belarmino de Mendonça Lobo, designou o 2º Tenente José Joaquim Firmino, ambos engenheiro militar, para abrir caminho da sede da Comissão à Foz do Iguaçu. Chegaram no dia 22 de novembro de 1889, após 69 dias de trabalho na mata. (BRITO, 2005, p. 18-19)

Dentre os relatos de Brito, além da necessidade de abertura de uma picada de acesso à Tríplice Fronteira, destacamos o encontro dos militares com acampamentos e estrangeiros na área. Os militares e operários que trabalhavam na abertura do caminho ficaram espantados ao encontrar com ervateiros argentinos e paraguaios que exploravam a erva-mate nativa em território brasileiro. Outro destaque é a contagem da população que se faz: 212 paraguaios, 95 argentinos, 9 brasileiros, 5 franceses, 2 espanhóis e 1 inglês, totalizando 324 pessoas, das quais

a maioria estrangeira, com predomínio dos vizinhos. (BRITO, 2005, p. 24-26)

Em 1888, foi criada a Comissão Estratégica e em 1889 foi fundada a Colônia Militar<sup>2</sup>. Neste período, oficiais e praças do Exército Brasileiro tiveram o primeiro contato com o oeste do Paraná. Para analisarmos este primeiro contato dos militares com os habitantes locais, recorreremos a uma breve explicação do contexto econômico regional no final do século XIX.

Segundo Cervo e Rapoport (1998, p. 249), “por ser a Argentina a maior consumidora mundial de erva-mate, várias empresas de Buenos Aires investiram nos ervais paraguaios para vender sua produção no Prata, principal mercado desse produto até os anos 30.” Havia, assim, um predomínio de empresas argentinas no Paraguai, mas não somente neste país. Se observarmos *grosso modo* a história do oeste de Santa Catarina, do Paraná e parte do território onde hoje é o Mato Grosso do Sul, também encontramos vestígios de exploração argentina.

Durante as últimas décadas do século passado e as primeiras do atual [XX], relatos de governantes, viajantes, e, mais tarde, de revolucionários de 1924, referem-se à presença massiva de população paraguaia em território brasileiro, na sua maioria trabalhadores contratados por empresas inglesas e argentinas de exploração de madeira e erva-mate, dentre as quais se destacam a Companhia Matte Larangeira e a Companhia Madeiras del Alto Paraná. Essas empresas foram beneficiadas pela política de concessão de terras devolutas a particulares, iniciada no Governo Imperial e levada adiante durante a República Velha. (SPRANDEL, 1992, p. 10-11)

Entretanto, a exploração do trabalho não era menos problemática que a exploração dos recursos naturais. Wachowicz

---

<sup>2</sup> O portal de Legislação do Senado Federal possui 24 Decretos entre 1800 e 1920, que cria, organiza, emancipa ou diz respeito a questões das colônias militares em todo país. O único Decreto (nº 10024/1913) que se refere à Colônia Militar do Iguazu é por ocasião de sua emancipação.

(1982), ao dedicar um trabalho à história da região brasileira atingida pelo lago de Itaipu, apresentou um estudo para compreender as relações de trabalho naquele período. O uso da metodologia da pesquisa oral pelo autor imprime uma característica ímpar a seu trabalho, uma vez que suas entrevistas, realizadas no final da década de 1970, possibilitou contato com pessoas que trabalharam nas chamadas *obrages*, no final do século XIX e início do século XX.

As *obrages* foram propriedades, não necessariamente legais. A inserção dos *obrageros* argentinos, ocorreu em virtude do controle da navegação do Rio Paraná por embarcações argentinas, uma via de escoamento da produção da erva-mate do oeste do Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso. A situação geográfica possibilitava, portanto, o contato entre o produto dos ervais nativos e sua chegada à Buenos Aires. (WACHOWICZ, 1982, p. 44-5)

Para que se efetivasse o processo de extração e transporte para o mercado consumidor, era preciso que o *obragero* tivesse à sua disposição tanto o espaço físico quanto trabalhadores para executar as tarefas necessárias.

Ter acesso a um território quase incomunicável com o restante do Brasil não era problema para quem navegava no Rio Paraná vindo de Buenos Aires. Do lado brasileiro, o território pertencente à Província do Paraná, criada em 1853, foi “alvo” de interesses de empresários argentinos que “adquiria uma propriedade ou obtinha uma concessão do governo paranaense a preços baixíssimos, ou mesmo sem documentação alguma, como a maioria, e iniciava a penetração no oeste do Paraná”. (WACHOWICZ, 1982, p. 45)

Já o trabalho ficava por conta dos *mensus*, ou mensalistas, ou peões, “descritos como vivendo em condições sub-humanas,

controlados através de dívidas nunca possíveis de pagamento e por capatazes armados” (SPRANDEL, 1992, p. 10). Esses trabalhadores eram em sua maioria paraguaios, e descendentes de indígenas que conheciam o espaço físico e o trabalho na mata.

A chegada dos militares por ocasião da fundação da Colônia Militar não representou empecilho a este modelo de exploração, que teve declínio somente após o final da década 1920. É importante ressaltar que as causas deste declínio estão na mudança de políticas de incentivo do governo argentino para a produção de erva-mate na Província de Misiones. Ao contrário de representar problema, Wachowicz (1982, p. 52), embora não aponte para fonte segura, conclui que:

As autoridades de Foz do Iguaçu incorporaram-se, direta ou indiretamente, de direito ou de fato, aos interesses das *obrages*. Quase todas elas obtiveram suas fontes de renda extra, quer como sócio ou representantes da *obraje*. Se nenhuma dessas opções ocorria, o lucro da participação no contrabando de importação ou exportação, comum na região, lhes fornecia o estímulo para permanecerem caladas.

Importante papel para manutenção deste *status quo*, foi exercido pela Companhia Mate Larangeira, com o controle da passagem do Alto Paraná para o Baixo Paraná, através da estrada de ferro Guaira-Porto Mendes [transpondo o salto de Sete Quedas]. Até 1929, só usava a referida ferrovia quem a Mate Larangeira permitisse. Era preciso autorização pessoal de seus dirigentes ou das autoridades do Estado do Paraná, [...] para poder utilizá-la.

Seguindo este raciocínio, consideramos que o marco mais significativo para o fim das *obrages* foi a chegada de Getúlio Vargas ao poder e as iniciativas visando “nacionalizar” os “sertões” brasileiros.

Sprandel (1992, p. 11), ao analisar a questão da exploração no Paraguai, aponta para conflitos entre grupos isolados de *posseiros* (camponeses que não tinham espaço no Rio Grande do Sul) e



*capangas* das empresas *obrageras*. Nesse sentido, “percebe-se uma reciprocidade positiva entre os capitalistas estrangeiros e autoridades brasileiras, na repressão às tentativas de autonomia do campesinato local, fosse composto por *posseiros* brasileiros ou por *mensus* paraguaios”.

Desta forma, o primeiro contato oficial do governo brasileiro com os ervateiros se deu por ocasião da abertura da estrada de Guarapuava à foz do rio Iguaçu. O sargento Brito, em suas memórias, narra o momento em que encontraram uma picada e ficaram surpresos, pois, esperavam encontrar apenas um sertão desabitado. No caminho da picada, trabalhadores paraguaios que também ficaram surpresos pelo encontro. Na segunda viagem, os militares encontraram outro grupo de trabalhadores paraguaios “os quais foram orientados a voltar, pois não seria mais permitida exploração sem autorização do governo”. (BRITO, 2005, p. 24 e 37)

As duas narrativas citadas são registros dos possíveis primeiros encontros entre autoridade brasileira e a sistemática das *obrages*. Entretanto, não havia um plano para a Comissão ou para a Colônia, de combater a exploração ilegal da erva-mate e da madeira no oeste do Paraná. Os objetivos, entre outros, se limitavam a “descobrir” a foz do Iguaçu e fundar a Colônia Militar, o que não compreendia pouco trabalho, considerando as condições do oeste paranaense no final do século XIX.

Para termos uma visão geral dos primeiros oito anos de atividade da Colônia Militar, vamos analisar as considerações gerais do seu diretor, Coronel Joaquim de Salles Torres Homem. O militar, em dezembro de 1897, assim escreve ao Ministério da Guerra:

Não sei se autoridades competentes classificam esta localidade como posição estratégica.

Estou convencido de que não lhe cabe a título algum aquelle caracter militar, quer na defensiva, quer na offensiva.

Na aggressão, os unicos vizinhos a temer, os argentinos, não cogitariam por certo de procurarem esta Colonia afim de transportarem-se ao Estado do Paraná, tendo de percorrer sertoes e brenhas de mais de sessenta leguas de extensão, quando em seu proprio território elles possuem um soberbo centro de concentração, a cidade de Posadas, oitenta leguas aquem do Iguassú, rio abaixo e apenas a dous ou tres dias de marcha por tera dos Estados brasileiros do Rio Grande do Sul e Paraná.

[...]

Apartando assim todo o caracter militar, d'esta posição, é preciso encaral-a porém como um centro de industria extrativa de madeira e herva-matte, de real importancia, offerecendo elementos bastantes para concorrer aos mercados platinos, por via do rio Paraná, com os productos congengeres e de grande exploração nas constas marginaes do Paraguay e República Argentina. (apud FREITAG, 2007, p. 208-209)

Com esta passagem, o Coronel parece não compreender a razão de existência da Colônia “militar”, já que para ele as características militares não estavam presentes ali. Citamos apenas uma parte de um extenso relatório, e no decorrer do texto o militar cita, também, a deserção dos soldados, e a incredibilidade de todos na Colônia Militar. Aponta como um dos fatores da falta de crédito, o atraso no repasse de recursos financeiros pelo Ministério da Guerra, comprometendo pagamentos de militares, operários e compromissos com outros prestadores de serviço. (HOMEM apud FREITAG, 2007, p. 204)

Para se ter uma idéia em números, no relatório do ano seguinte, portanto de 1898, o mesmo Coronel afirma que há 15 praças e três oficiais na Colônia. (HOMEM apud FREITAG, 2007, p. 216)

Wachowicz (1982, p. 25), ao analisar dados fornecidos por Abreu, em texto escrito em 1905, afirma que “a história da administração da colônia de Foz do Iguaçu não passaria pois de uma série quase ininterrupta de erros, desmandos, e desvios. Foi por esses

motivos que o Ministério da Guerra extinguiu-a em 1912, entregando-a à administração do Estado do Paraná”.

Por outro lado, os militares ao escreverem um livro comemorativo, sobre o fato afirmaram que “sob a égide do controle militar, Foz do Iguaçu prosperou tanto que em 1912 achou o governo dispensável a administração militar, passando-a aos seus próprios cidadãos”. (IBIAPINA et al., 1965, p. 13)

Fruto de erros ou de prosperidade, em 1912 a Colônia foi transferida para o Estado do Paraná, como distrito do município de Guarapuava, emancipada oficialmente pelo Decreto 10.024 de 29 de janeiro de 1913, que “emancipa as colônias militares a foz do rio Iguaçu e do Alto Uruguay”, no Paraná e Rio Grande do Sul, respectivamente. A data da criação do município de Foz do Iguaçu é 10 de junho, por ocasião da assinatura da Lei Estadual número 383/1914.

A criação da Colônia, seu sucesso ou fracasso foi obra dos militares. A passagem da jurisdição do território do Ministério da Guerra para o Estado do Paraná trouxe novos personagens ao cenário do oeste paranaense. Lembrado como “o pioneiro”, ainda está por se fazer um estudo histórico que aponte os motivos que trouxeram o curitibano Jorge Schimmelpfeng à Foz do Iguaçu. Sabe-se apenas, que gozava de certo prestígio junto ao governo do estado, motivo que provavelmente foi decisivo para que se tornasse o primeiro prefeito da cidade. Voltaremos a este personagem mais à frente.

Antes de analisar o tempo de permanência do primeiro prefeito no poder, dois anos após a emancipação da Colônia, “houve uma ilustre visita, que acabou influenciando nos destinos da região. Chegou, via Argentina, o brasileiro Santos Dumont”. Convidado a conhecer as Cataratas do Iguaçu, foi informado que se tratava de uma

propriedade privada, prerrogativa concedida pelo Ministro da Guerra, conferindo ao estrangeiro Jesus Val o lote nº 9 da então Colônia Militar. Dumont teria alterado o destino de sua viagem e ido à Curitiba solicitar medidas ao Presidente do Estado, no sentido de tornar aquela área pública. “Foi, então, baixado o Decreto n.º 653 de 28 de julho de 1916. Este decreto, declarou de utilidade pública o lote número nove da ex-Colônia Militar de Foz do Iguaçu”. (WACHOWICZ, 1982, p. 36-37)

O autor citado aponta para a dependência da pequena população local à economia da cidade vizinha no território argentino. Segundo ele, “toda a mercadoria consumida em Foz do Iguaçu vinha da Argentina. Tudo entrava livremente, tanto alimentação, vestuário, móveis da casa, etc.” e “era também nos vapores argentinos que a população fazia encomendas. Os proprietários dos navios, eram geralmente comerciantes de Posadas”. (WACHOWICZ, 1982, p. 38)

Tivemos a oportunidade de constatar que a “dependência” que Foz do Iguaçu tinha de Puerto Iguazu permaneceu pelo menos até a década de 1950. Em entrevista que fizemos para nossa pesquisa de mestrado, localizamos uma família de alemães que até os anos 1940 recebiam correspondências, inclusive de outras partes do Brasil, via Caixa Postal argentina. Por esta razão, consideramos que permanecia o fato identificado pelos fundadores da Colônia em 1889: a comunicação do oeste do Paraná era mais eficaz com a Argentina do que com as demais partes do Brasil.

Os militares, no início do século XX, já não figuram nas fontes consultadas como peças imprescindíveis para a administração local. A ausência dos militares também é citada por Wachowicz, que partindo de entrevistas e da análise de relatos de viajantes entre os anos de 1910 e 1930, afirma:

O edifício destinado a abrigar uma bateria de artilharia, quando já estava coberto de zinco, foi abandonado e a ação do tempo fez desabar o telhado, sobrando de pé apenas algumas paredes, que rapidamente foram cobertas pela vegetação. Outro edifício cuja finalidade era abrigar a Mesa de Rendas, também sem explicação viável, também foi abandonado e invadido pela exuberante vegetação sub-tropical. A lancha que fora adquirida para reprimir o contrabando, foi abandonada às margens do [rio] Paraná. [...] Em 1919 não existia força federal em Foz do Iguaçu, apesar da existência de três fronteiras. (1982, p. 40-1)

Outro edifício construído pelos militares, onde funcionava a Diretoria da Colônia, foi o local onde se realizaram provisoriamente as primeiras Sessões da Câmara Municipal. Os “camaristas” reuniram-se em 13 de junho, e deram início aos trabalhos oficiais em 15 de outubro de 1914<sup>3</sup>. Sendo assim, temos um momento histórico civil como ponto de partida para análise: a primeira organização administrativa civil do município.

O **quadro 1** é um quadro político comparativo entre os níveis nacional, estadual e municipal. Assim colocados, os representantes e as datas que assumem e deixam determinado cargo, podemos observar a continuidade de alguns nomes à frente dos poderes legislativo/executivo em geral e especificamente em Foz do Iguaçu.

---

<sup>3</sup> Informações do Histórico da Câmara Municipal de Foz do Iguaçu, disponível em seu site oficial.

**Quadro 1:** Presidentes do Brasil, Governadores do Estado, Prefeitos e presidentes da Câmara Municipal de Foz do Iguaçu, 1914-1937.

Ano	Presidente/Brasil	Governador/Paraná	Prefeito/ Foz do Iguaçu	Pres. Câmara		
1914	Venceslau Brás	Carlos Cavalcanti de Albuquerque	Jorge Schimmelpfeng	Ignácio de Sá Sottomaior		
1915				Afonso Camargo	Jacinto Palacin	
1916		Caetano Munhoz da Rocha			Jorge Sanways	
1917				Jorge Samways	Othon Maeder	
1918	Delfim Moreira				Candido Ferreira	
1919					Fulgêncio Pereira	
1920	Epitácio Pessoa	Afonso Camargo			Heleno Schimmelpfeng	Fulgêncio Pereira
1921						
1922	Artur Bernardes	Caetano Munhoz da Rocha		Jorge Samways	?	
1923						
1924						
1925	Washington Luís	Afonso Camargo	Heleno Schimmelpfeng	Fulgêncio Pereira		
1926						
1927		Getúlio Vargas	Int. Mario Tourinho	Jorge Sanways	Fulgêncio Pereira	
1928	Int. Manoel Ribas		Julio Pasa	José Werner		
1929			Othon Maeder	Otto Trompczynski		
1930			Getúlio Vargas	Int. Manoel Ribas	Jorge Sanways	?
1931						
1932						
1933						
1934	Getúlio Vargas (Estado Novo)	Int. Manoel Ribas	Jorge Sanways	Romulo Italo Trevisan		
1935				Carlos Zeve Coimbra		
1936						
1937	Getúlio Vargas (Estado Novo)	Int. Manoel Ribas	Jorge Sanways	Romulo Italo Trevisan		

*Fontes:* Informações coletadas nos sites oficiais da Presidência da República, Governo do Paraná, Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu e Câmara Municipal de Foz do Iguaçu.

Para nossa reflexão, algumas observações: (1) o primeiro prefeito ficou dez anos à frente do poder executivo; (2) seu sucessor, Jorge Samways, já havia sido “camarista”, permanece de 1924 à 1928, assume novamente em 1933 para encerrar o mandato no início do Estado Novo; (3) os demais prefeitos também já participaram da vida pública como “camaristas”. Em síntese: de 1914 a 1937, temos 23

anos, durante os quais quem assume a liderança do executivo municipal é Schimmelpfeng (10 anos) e Sanways (8 anos).

A partir da galeria de prefeitos e vereadores, concluímos que a Câmara de Vereadores da cidade, entre 1914 e 1937 era praticamente renovada a cada duas legislações. Os prefeitos que assumiram o Executivo entre 1932 e 1937 tinham pertencido a legislações anteriores da Câmara dos Vereadores.

De modo geral, tanto no executivo quanto no legislativo municipal aparentemente não havia grandes abalos políticos a cada início de legislação. Este quadro vai ser alterado somente com a instauração do Estado Novo, e a promulgação da Constituição de 1937. Dizia a Carta que “Art. 27 – O Prefeito será de livre nomeação do Governador do Estado”, e que “Art. 178 – São dissolvidos nesta data a Câmara dos Deputados, o Senado Federal, as Assembléias Legislativas dos Estados e as Câmaras Municipais”.

Os dois artigos constitucionais que citamos acima estabelecem uma ruptura na normalidade dos poderes executivo e legislativo de todos os municípios brasileiros. É a partir daquela data, 10 de novembro de 1937, que as prefeituras ficaram nas mãos do Interventor Federal de cada estado, nomeado por Getúlio Vargas.

Assim, após 1937 o cargo de prefeito em Foz do Iguaçu ficou concentrado nas mãos de comandantes da Companhia Isolada de Fronteira, ou do delegado da Força Pública Estadual. São novos atores políticos que entram em cena após o Estado Novo. Estes novos atores não estavam diretamente ligados às elites locais, vinham de outras cidades e permaneciam pouco tempo na condição de prefeito.

Outra observação, que nos obriga avançar um pouco no tempo é o fato de que em 1947 a Câmara Municipal foi reaberta, mas nenhum nome das legislações anteriores ocupou uma cadeira no

legislativo. Este fato indica que, por um motivo ainda por se esclarecer, foram necessários apenas dez anos para que os políticos civis que ocuparam cargos entre 1914 e 1937 ficassem de fora da cena pública. Neste sentido urge perguntarmos: qual seria a razão para a “falta de interesse” destes políticos em continuar no poder?

Dessa forma, tem-se uma experiência de autoridades locais, cada qual defendendo seus interesses, e que entram em contato com novas maneiras de ver as fronteiras do país, a partir da chegada de Getúlio Vargas ao governo federal. Entre 1912 e 1932, os militares teriam ficado sem atuação direta na política da parte brasileira da Tríplice Fronteira.

Após 1932, os militares voltaram a marcar presença com a criação da Companhia Isolada de Fronteira em Foz do Iguaçu. Não mais possuíam o poder de dividir terras e entregá-las a quem fosse mais conveniente, nem o comandante teria em suas mãos os poderes que eram permitidos ao diretor da Colônia Militar. Entretanto, o Exército se fez presente tanto na tarefa de nacionalizar quanto na tarefa de “proteger” a fronteira.

No já citado livro organizados pelos militares, tem destaque os seguintes fatos:

Desembarcando numa invernososa tarde de 7 de julho de 1932 em Foz do Iguaçu, aqueles 125 homens que constituíam a Companhia para ali destacada, já encontraram cenário bem diferente daquele que o tenente Engenheiro José Joaquim Firmino se deparara ao vir fundar a Colônia Militar. Efetivamente, seu comandante, o Capitão Edgar Buxbaum que conduziu a Companhia desde Curitiba e através de São Paulo por via ferroviária e em seguida por via fluvial, descendo o rio Paraná, estava perfeitamente cômico das responsabilidades que iria assumir. Brasil, Argentina e Paraguai, três países sul-americanos em fase de desenvolvimento ali se defrontavam, com todas as complexidades econômicas, políticas e sociais típicas das circunstâncias.

A Companhia Dora organizada em princípios de 1932 no quartel do 15º BC, em Curitiba, integrando a 5



<sup>a</sup> RM e 5<sup>a</sup> DI. [...]

Enquanto a 21 de setembro de 1933 era a Companhia pela primeira vez inspecionada pelo Comandante da Região, Gen. João Gomes Ribeiro Filho, e a 14 de junho de 1934 licenciava a 1<sup>a</sup> turma de reservistas, a 14 de abril de 1936 passou a contar com um efetivo de 6 oficiais e 162 praças, com o qual a 30 de agosto do mesmo ano instalou-se em quartel novo [...]. Em 1940, com o espectro da 2<sup>a</sup> Guerra Mundial [...], cuidou-se de aprimorar o adestramento dos soldados. (IBIAPINA et al., 1965, p. 14-16)

Portanto, agora se tratava de uma unidade do Exército Brasileiro, já reformulada e em constantes melhorias, como apontou o militar, tendo aumentado o efetivo e as instalações físicas. Os oficiais, com a construção de casas, por exemplo, passam a ter melhores condições para o trabalho na região.

Para finalizar, a ausência dos militares na política iguaçuense durante a administração civil durou até o Estado Novo. Marcado pelo aumento dos investimentos do governo Vargas, este “novo estado” trouxe novamente os militares à cena política do oeste paranaense. Com este advento, os militares terão novas missões no contexto nacionalista de “abrasileirar o Brasil” e merece análise à parte.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O leitor pôde perceber que desde o início deste texto insistimos em indicar nossas limitações. O fizemos por dois principais motivos: um é chamar a atenção para caminhos que ainda estão por trilhar; e o outro é demonstrar que não partilhamos da noção de que história pode ser explicada apenas de um prisma, seja ele político, social, econômico ou cultura. Em meio às considerações finais, lançaremos mão de mais alguns esclarecimentos sobre nossas limitações.

Entendemos que em uma pesquisa de maior fôlego sobre a história política do oeste do Paraná precisaríamos, necessariamente, fazer uma leitura e análise cuidadosa dos relatos de viajantes do final do século XIX. Também seria necessário pesquisar nos jornais que circulavam em Curitiba (acessíveis na Biblioteca Pública do Paraná), mas creio que para compreender a política dos militares antes de 1914 seria de valia ímpar ter acesso a documentos produzidos pelos militares.

Para o período após a emancipação, a ausência de políticas para preservação de documentos históricos em Foz do Iguaçu com certeza dificulta a análise por parte dos pesquisadores. Neste sentido, um espaço que pode ser explorado é o projeto Memória do Legislativo, exposição permanente na Câmara Legislativa Municipal.

*Grosso modo*, nos limitamos nesta análise a observar aspectos da administração pública. Desta breve análise podemos concluir que a criação da Colônia Militar de Foz do Iguaçu, se insere numa política mais ampla, por meio de uma ação de militares do período do Império. A meta deste com as colônias país afora era povoar sobretudo as regiões onde havia possibilidade de litígios com os países vizinhos. No caso analisado, a colônia não atingiu seu objetivo, pois, não foi responsável por povoar ou desenvolver a região.

Também podemos concluir que não figurava entre os planos dos militares acabar ou reduzir a exploração predatória dos recursos naturais ou o regime de semi-escravidão ao qual estavam submetidos trabalhadores majoritariamente paraguaios. Embora diversos registros de viajantes denunciem esta dupla exploração, ela não foi objeto de preocupação para os militares que, como vimos, tinham problemas mais elementares ainda por resolver, como por exemplo, a disciplina e deserção.

Quanto aos primeiros políticos civis que exerceram o poder executivo até 1937, podemos concluir que não eram “orgânicos” à sociedade. Significa dizer que estes políticos vieram da capital do estado para “desbravar o sertão” provavelmente em troca de poder, prestígio e/ou propriedade. Como não havia grande aglomeração de pessoas, e não havia uma relação das pessoas com os representantes, foram necessários apenas dez anos para que os políticos civis fossem tirados do poder e não mais voltassem a exercê-lo.

Se o primeiro período de administração pública vai de 1888 a 1937, continuamos esta tentativa arriscada de seriação e indicamos mais três períodos possíveis para o estudo da história política local: 1937 a 1964; 1964-1990 e 1990-2008. Esperamos futuramente poder apresentar algumas reflexões destes períodos em números posteriores desta revista.

## FONTES E BIBLIOGRAFIA COMENTADA

Para análise de fontes deste recorte temporal, sugerimos consultas aos jornais curitibanos da época, disponíveis na Biblioteca Pública do Paraná, bem como consulta ao acervo do Arquivo Estadual do Paraná, ambos em Curitiba. O acervo Memória do Legislativo, disponível na Câmara Municipal de Foz do Iguaçu, embora não disponha de acervo expressivo, também é de consulta obrigatória. Conversas e entrevista com familiares dos primeiros administradores civis (normalmente residentes em Curitiba) também pode ser utilizado como fonte. Por fim, sugerimos consulta aos boletins e documentos do 34º Batalhão de Infantaria (Exército).

Com relação à fontes bibliográficas, identificamos três grandes temáticas: relatos de viajantes; textos sobre a cidade de Foz do Iguaçu; e textos que analisam a cidade e seu processo de integração ao estado do Paraná.

### **1. Entre os anos de 1500 e 1940, alguns viajantes registraram suas impressões sobre suas viagens ao oeste do Paraná. Identificamos os seguintes:**

ABREU, Candido Ferreira. *Colônia Militar do Iguaçu*. (texto de 1905). Boletim do Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico Paranaense. V. 22. Curitiba: s.n, 1974.

BALLÃO, Jayme. *A foz do Iguassu e as Cataratas do Iguassu e Paraná*. [s. l.] Editora Typographia A República, 1920.

BRITO, José Maria. *A descoberta da Foz do Iguaçu*. (texto de 1938). Foz do Iguaçu: Tezza Editores, 2005.

CABANAS, João. *A Coluna da Morte*. [s. l], [s. e.] 1926.

CARRÃO, Manoel. *Impressões de viagem a Foz do Iguassú e Rio Paraná*. [s. l.] Editora Progresso, 1928.

*FOZ DO IGUASSU: um dos saltos da região Foz do Iguassu*. [s. l.] Editora Mundial, 1931.

SILVEIRA NETTO, M. *Do Guairá aos Saltos do Iguaçu*. (Texto de 1910). Curitiba: Fundação Cultural, 1995.

**2. Por razões e motivações diversas, alguns autores se dedicaram a produzir textos sobre a cidade de Foz do Iguaçu. A temática predominante nos títulos abaixo é *preservação da memória*, embora textos como de Ruy Wachowicz (1982) e José Colodel (1988) fazem uma análise mais ampla. O elemento comum a todas as referências deste tópico é a preocupação apenas com a parte brasileira da Tríplice Fronteira, ou seja, cidade de Foz do Iguaçu.**

CAMPANA, Silvio; ALENCAR, Francisco. *Foz Retratos*. Foz do Iguaçu: Fundação Cultural, 2001.

COLODEL, José Augusto. *Obrages e companhias colonizadoras*. Santa Helena: Prefeitura Municipal, 1988.

CORRÊA, Marcos Sá; ALDÉ, Lorenzo. *Meu vizinho: o Parque Nacional do Iguaçu*. Foz do Iguaçu: L3 Comunicação, 2009.

COTRIN, John Reginald. *Notas sobre os antecedentes da criação de Itaipu Binacional*. Rio de Janeiro: Centro de Memória da Eletricidade no Brasil, 1999.

DIAS, Emerson dos Santos; PRIORI, Angelo. *Fronteira sitiada: as memórias dos moradores de Foz do Iguaçu sobre os movimentos tenentistas (1924-1925)*. In: PRIORI, Angelo (org.) *História, memória e patrimônio*. Maringá: EDUEM, 2009.

GERMANI, Guiomar Inez. *Os expropriados de Itaipu*. Porto Alegre, 1982. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano Regional). Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

IBIAPINA, Alcides Vieira [et al.]. *1º Batalhão de Fronteira: Livro de Ouro*. Foz do Iguaçu: s.n, 1965.

JESUS, Rodrigo Paulo. *De Vila Operária a bairro dos trabalhadores: processo de constituição do Bairro Vila C da Itaipu - Foz do Iguaçu/PR, 1977 a 2008*. Marechal Cândido Rondon, 2009. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

LIMA, Perci. *Foz do Iguaçu e sua história*. Foz do Iguaçu: Serzegraf, 2001.

MANARIN, Odirlei. *Peões da barragem. Memórias e relações de trabalho dos operários da construção da Hidrelétrica de Itaipu – 1975 a 1991*. Marechal Cândido Rondon, 2008. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

NEUMANN, Elisabeth. *Filha de imigrantes*. [S.l.]: [s.n.], 2005.

NEUMANN, Elisabeth. *Mãe Joana sem casa*. [S.l.]: [s.n.], 2006(?).

RITT, Evandro. *Fronteira, Estado e a população da Colônia Militar de Foz do Iguaçu (1880-1920)*. Londrina, em andamento. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Londrina.

SOUZA, Aparecida Darc. As elites e a construção da memória de Foz do Iguaçu. In: III Seminário Internacional de História, 2007, Maringá, PR. Anais... Maringá: UEM, 2007. p. 1-10.

SOUZA, Aparecida Darc. *Formação Econômica e Social de Foz do Iguaçu: um estudo sobre as memórias constitutivas da cidade (1970-2008)*. São Paulo, 2009. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo.

VARGAS, Tulio. *De Brasília a Foz do Iguaçu*. [s. l.], [s. e.], 1972.

VENCATTO, Rudy Nick. *Reassentamento de Colonos do Parque Nacional do Iguaçu*. Marechal Cândido Rondon, em andamento. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

### **3. Diferentemente da abordagem específica sobre a cidade de Foz do Iguaçu, há um conjunto de trabalhos que analisam a integração da região oeste do Paraná com as demais partes do estado do Brasil.**

CATTA, Luiz Eduardo. **O cotidiano de uma fronteira: a perversidade da modernidade**. Cascavel: Edunioeste, 2003.

DEBALD, Blasius; CARDIN, Eric; SOUZA, Keila (orgs.). **Região e desenvolvimento: estudos temáticos sobre o extremo oeste do Paraná**. Foz do Iguaçu: Uniamérica, 2009.

FREITAG, Liliane da Costa. **Extremo-oeste paranaense: história territorial, região, identidade e (re)ocupação**. Franca, 2007. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho.

FREITAG, Liliane da Costa. **Fronteiras perigosas: migração e brasilidade no extremo-oeste paranaense (1937 – 1954)**. Cascavel: Edunioeste, 2001.

FREITAG, Liliane da Costa. **Impressões de um dirigente: Relatos e relatórios da Colônia Militar de Foz do Iguaçu**. Revista de História Regional. Ponta Grossa, v. 12, n. 2, p. 191-224, 2007.

GREGORY, Valdir. **Os Eurobrasileiros e o espaço colonial: migrações no Oeste do Paraná (1940-1970)**. Cascavel: Edunioeste, 2002.

GRONDIN, Marcelo. **O alvorecer de Toledo na colonização do Oeste do Paraná**. Marechal Cândido Rondon: Ed. Germânica, 2007.

KLAUCK, Samuel. **A fronteira do Oeste do Paraná: narrativas de desbravamento, imaginários e representações**. In: ARRUDA, Gilmar (org.). Natureza, fronteiras e territórios: imagens e narrativas. Londrina: Eduel, 2005. P. 243-278.

KLAUCK, Samuel. **Gleba dos Bispos: colonização no oeste do Paraná – uma experiência católica de ação social**. Porto Alegre: EST, 2004.

LIMA, Ivonete Terezinha Carletto. **As faces de um mega projeto de desenvolvimento (1930-1984)**. Marechal Candido Rondon: Germânica, 2006.

LIMA, Jandir Ferreira. Integração da Região: Paraná, Brasil e Mercosul. In: PERIS, **Alfredo Fonceca** (org). Estratégias de Desenvolvimento Regional: Região Oeste do Paraná. Cascavel: Edunioeste, 2003. p. 179-192.

LIMA, Jandir Ferreira; PIFFER, Moacir; PIACENTI, Carlos (orgs.). **O Prata e as controvérsias da integração sul-americana**. Cascavel: Edunioeste, 2001.

LOPES, Sérgio. **O Território do Iguaçu no contexto da “Marcha para Oeste”**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2002.

PALMAR, Aluízio. Onde foi que vocês enterraram nossos mortos? Curitiba: Travessa dos Editores, 2005.

PERIS, Alfredo Fonceca (org). **Estratégias de Desenvolvimento Regional: Região Oeste do Paraná**. Cascavel: Edunioeste, 2003.

PIERUCCINI, M. A. **Oeste do Paraná: caracterização enquanto região**. In: PERIS, Alfredo Fonceca (org). Estratégias de Desenvolvimento Regional: Região Oeste do Paraná. Cascavel: Edunioeste, 2003. p. 77-104.

RIPPEL, Ricardo. **Migração e desenvolvimento econômico no Oeste do estado do Paraná**: uma análise de 1950 a 2000. Campinas, 2005. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Estadual de Campinas.

STERLING, German (org.). **Abordagens historiográficas na fronteira**: trabalhos apresentados no II Simpósio de História da América. Foz do Iguaçu, Uniamérica, 2006.

WACHOWICZ, Ruy. **Obrageiros, mensus e colonos: história do oeste paranaense**. Curitiba: Vicentina, 1982.

WESTPHALEN, Cecília Maria. **História documental do Paraná: primórdios da colonização moderna da região de Itaipu**. Curitiba: SBPH-PR, 1987.

OLIVEIRA, Marcio Gimene. **A fronteira Brasil-Paraguai**: principais fatores de tensão do período colonial até a atualidade. Brasília, 2008. 110p. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade de Brasília.